

## ANEXO I - MODELO DE INTIMAÇÃO

#### MANDADO DE INTIMAÇÃO Nº XXXXX

**Referência**: Processo Administrativo de Responsabilização nº XXXXXXXXXXXXXXX

#### À NOME DA PESSOA JURÍDICA

NOME DO REPRESENTANTE DA PESSOA JURÍDICA

Endereço:

O Presidente da Comissão do Processo Administrativo de Responsa- bilização, instaurado pela Portaria CRG nº XXX de XXXXXXXXX, publicada no D.O.U. nº XXXX, de XXXXXXXX, do Corregedor

– Geral da União, com fundamento no artigo 16 da Portaria CRG nº. 910, de 07 de abril de 2015, alterada pela Portaria nº. 1.381, de 23 de junho de 2017, vem com este **INTIMAR** Vossa Senhoria a, n**o prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência deste Manda- do**, apresentar **DEFESA ESCRITA** no processo em tela, em que se encontra indiciado (a), em razão das imputações contidas no Termo de Indiciação, cuja cópia segue anexa a este e-mail e encontra-se disponível no sistema SEI.

Assim sendo, solicito que, **no prazo de 5 (cinco) dias após o re- cebimento deste e-mail**, acesse o PAR disponível no SEI e assine o documento de “Recibo” de ciência deste Mandado, disponibiliza- do pelo Presidente da Comissão como uma das peças do processo eletrônico, de modo a confirmar que teve ciência e acesso ao Termo de Indiciação.

Fica Vossa Senhoria INTIMADO a, no prazo de 30 (trinta) dias a con-

tar da ciência deste mandato, apresentar:

* Demonstração de Resultado do Exercício - DRE referentes aos exercícios de 20xx e 20xx (do ano anterior à instauração do PAR para cálculo do faturamento bruto previsto no art. 6º, I da Lei 12.846/13 que servirá de base para aplicar o percentual da multa; e do ano anterior ao ano de ocorrência do ato lesivo para fins

da aferição do lucro líquido previsto no art. 17, IV do Decreto 8.420/15);

* Balanço Patrimonial – BP referente ao exercício de 20xx (ano an- terior ao ano de ocorrência do ato lesivo para fins da aferição do Índice de Solvência Geral – SG e de Liquidez Geral – LG previsto no art. 17, IV do Decreto 8.420/15);
* A relação dos contratos mantidos ou pretendidos com o órgão XXXXXX na data xx/xx/xxxx (data da ocorrência do ato lesi- vo para fins da aferição do previsto no art. 17, VI do Decreto 8.420/15);
* Apresentar comprovante de ressarcimento ao erário na hipótese de já ter havido procedimento de ressarcimento ao erário e res- pectivo ressarcimento em decorrência dos fatos ilícitos apurados neste PAR (para configuração do item previsto no art. 18, II do Decreto 8.420/15);
* Programa de Integridade, caso existente (para aferição do item do previsto no art. 18, V do Decreto 8.420/15).

Caso exista Programa de Integridade instituído na pessoa jurídica XXXXX e em havendo interesse de apresentá-lo para apreciação da comissão de PAR, este deve ser apresentado por meio do relatório de perfil e do relatório de conformidade nos termos da Portaria CGU nº 909, de 7 de abril de 2015 (Acessar a Portaria).

Brasília, XX de XXXXX de 20XX.

NOME DA AUTORIDADE

Presidente da Comissão